TENDÊNCIAS

Recuperação em marcha

O estágio atual da produção representa o fim de uma difícil conjuntura e o início de novos desafios

CARLOS MELLES



A fase que vai de 1989 a 1993 – quando os preços internacionais atingiram níveis extremamente deprimidos e os preços ao produtor nacional reagiram de forma ainda mais dramática – levou a cafeicultura a endividamento crescente, renda global decrescente, natural perda de produtividade e até abandono de tratos culturais adequados. O Brasil conviveu em regime de preços mais deprimidos que as demais nações produtoras.

Esses quatro anos difíceis foram também caracterizados por importante desarticulação dos padrões e procedimentos de financiamento do setor exportador, segmento que sofreu nos anos 70 e na maior parte dos anos 80 com forte estímulo de financiamentos do Estado, por vias diretas ou indiretas. Era um contexto que se explicava pela forte pressão em busca de divisas externas e pela elevada participação, de 75% a 80%, da demanda externa na produção nacional total de café, entre outros fatores.

Ventos favoráveis

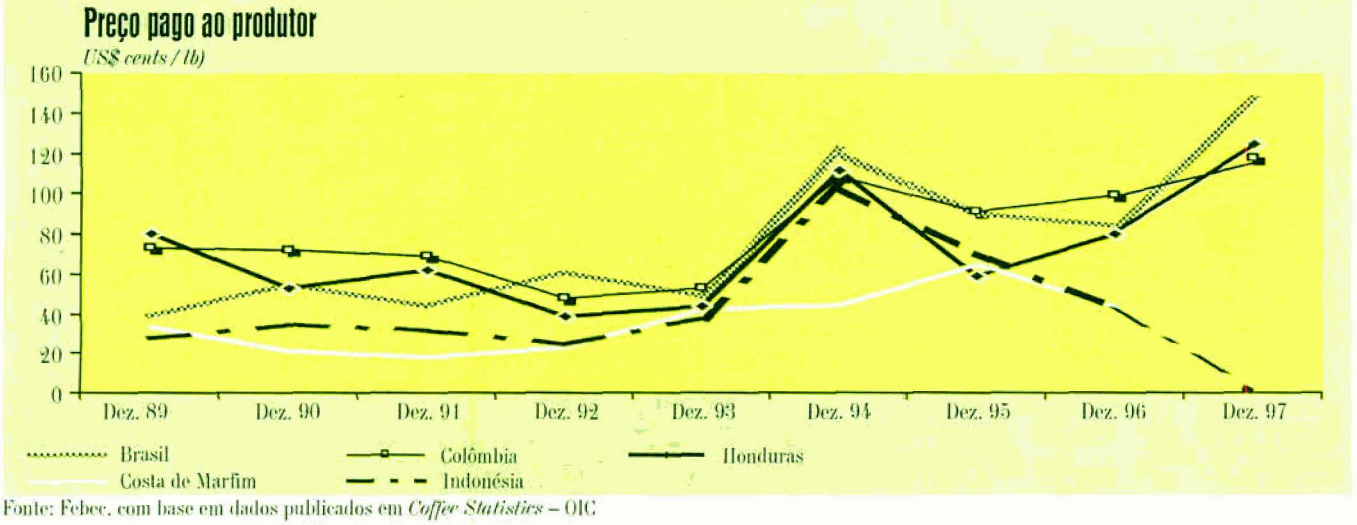
Desde 1992 o quadro da política cafeeira nacional começou a ser alterado, com o apoio de todos os segmentos do setor cafeeiro nacional. Nos últimos cinco anos, a estratégia foi combinar a recuperação dos preços internacionais – em grande medida em função do sucesso do programa de ordenamento da APPC – com a ampliação da liquidez creditícia interna ao setor produtivo, via Funcafé, para recuperar a produção e a produtividade nacionais.

Essa estratégia, somada à feliz coincidência da eliminação do ICMS sobre as operações de compra e venda com destino à exportação, culminou na recuperação do parque e da produção nacionais de café. O Brasil detém hoje o maior, mais moderno e mais jovem parque cafeeiro do mundo.

Do processo dos anos de 1989 a 1993 ainda temos seqüelas importantes a resolver. O endividamento do setor produtivo é alto, composto por uma cesta de contratos onde persistem resíduos de pactuações inadequadas ao setor.

Cerca de 40% do endividamento total até o final de novembro do corrente ano estarão com juros fixos de 9,5%, o que certamente representará, na conjuntura financeira interna e externa que toma forma, importante correção do valor real da dívida. Mas, dependendo do desempenho dos preços internacionais e, portanto, do nível real de remuneração ao produtor nos próximos anos, esse esforço poderá ser infelizmente neutralizado.

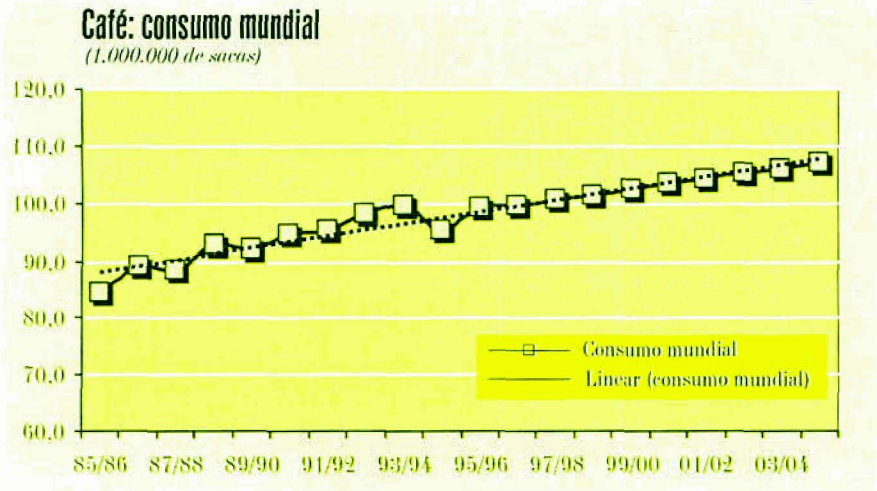
Os custos de produção do Brasil,



Fonte: Febec, com base em dados publicados em *Coffee Statistics* – OIC



Fonte: 85/86 a 96/97 - *Coffee Statistics* - OIC; 97/98 e 98/99, MICT; 99/00 e 2000/01, Projeção Febec



Fonte: Elaborado pela Febec, baseado em dados publicados pela OIC – *Coffee Statistics*

como de resto da maioria dos países produtores de café, sofreram elevação significativa, quer pelo ingresso de áreas de menor fertilidade natural quer pela elevação dos níveis de remuneração da mão-de-obra empregada na atividade. Enquanto este fenômeno for de natureza genérica, mundial, não há perturbação nos níveis de competitividade comparada.

Desafios à vista

Como a demanda mundial de café irá crescer a uma taxa anual da ordem de 0,9%, valem algumas considerações sobre os desafios e metas de médio a longo prazo.

Em condições climáticas normais no curso dos próximos anos, a produção brasileira de café poderá variar no intervalo de 27 a 38 milhões de sacas.

Sem gerar perturbações de natureza estrutural no mercado mundial, o Brasil pode exportar anualmente cerca de 19 a 20 milhões de sacas entre café verde e solúvel, enquanto seu consumo interno na média dos próximos três anos deverá se situar na faixa de 12,6 milhões de sacas.

Portanto, temos convicção de que há demanda de médio prazo da ordem de 32 milhões de sacas de café. Para a produção média nacional de 32,5 milhões de sacas, a demanda externa passa novamente a preponderar na formação de preço e no ritmo de escoamento da safra nacional.

Teremos que redesenhar a política brasileira de café, assim como seus instrumentos operacionais e institucionais para viabilizar múltiplos objetivos:

a) ordenar concretamente o fluxo de oferta e disponibilização das safras nacionais;

b) criar mecanismos evitando a transferência de estoques aos países consumidores;

c) buscar preços internacionais compatíveis com a rentabilidade do setor;

d) ampliar a participação do café brasileiro no mercado mundial de forma consistente mas sem gerar desequilíbrios de ordem estrutural;

e) estreitar o entendimento com os demais países produtores quanto ao ordenamento da oferta.

Esses objetivos requerem medidas diferenciadas que, funcionando num conjunto de ações harmônicas, encontrem soluções efetivas para os novos desafios:

- criação da Agência Nacional do Café, com o setor privado participando decisoriamente do conselho diretor;
- fortalecimento das disponibilidades financeiras do Funcafé, com o objetivo de dotar o Fundo com US$1 bilhão de recursos adicionais no curso dos próximos cinco anos;
- estímulo ao crescimento do consumo interno e externo mediante planejamento estratégico concreto de três anos;
- estímulo creditício para que os setores exportadores de café verde e de solúvel carreguem estoques;
- criação de leilão de compra de café pelo Funcafé para eliminar pressões sazonais de curto prazo – dependendo da conjuntura concreta, esse leilão de compra deverá dispor de cláusula contratual de opção de recompra pelo vendedor;
- fortalecimento dos entendimentos de âmbito global junto à Organização Internacional do Café; no curto prazo, gestão de alto nível para que os Estados Unidos e o Canadá retornem à instituição, aproveitando a aproximação em curso com a América Latina.

Carlos Melles é engenheiro agrônomo e deputado federal pelo PFL de Minas Gerais.